



CARTÓRIO NOTARIAL EM
GOUVEIA

NOTÁRIA

ANA CRISTINA RIBEIRO CRUZ GOMES

CERTIFICO:

Primeiro: Que as vinte fotocópias anexas estão conforme o original.-----

Segundo: Que foram extraídas neste Cartório da ESCRITURA de "Alteração de Estatutos" lavrada em dezoito de junho de dois mil e vinte e um, de folhas quarenta e quatro a folhas quarenta e quatro verso do Livro de Notas Para Escrituras Diversas número "Dezasseis - A" e do Documento Complementar referido no texto da escritura.-----

Terceiro: Que as ditas fotocópias de folhas uma a folhas dez, vão por mim numeradas e rubricadas e levam aposto o meu selo branco.-----

Gouveia, dezoito de junho de dois mil e vinte e um.-----

Está Conforme.

A Notária,

Ana Gomes

Conta registada sob o n.º 64
Emitido recibo n.º 3730

AG

Livro	Folhas
16-A	44

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

----- - No dia dezoito de junho do ano dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial em Gouveia, sito na Avenida 25 de Abril, perante mim, Licenciada **Ana Cristina Ribeiro Cruz Gomes**, respetiva notária, compareceram:-----

----- - RUI JORGE BERNARDINO BORGES, casado, natural de Angola, residente na Quinta Pinhal de Moura, lugar de Moimenta da Serra, na União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, concelho de Gouveia, portador do Cartão de Cidadão n.º 09496236 7ZZ6 válido até 06/12/2021, emitido pela República Portuguesa; e,-----

----- - PAULA CRISTINA PINTO MENDES, casada, natural da freguesia de Gouveia (São Julião), concelho de Gouveia, residente na Rotunda Avenida Botto Machado, Condomínio dos Frades, fração B, freguesia e concelho de Gouveia, portadora do Cartão de Cidadão n.º 11433878 7ZX2 válido até 16/01/2029, emitido pela República Portuguesa, os quais outorgam neste ato na qualidade, respetivamente, de Presidente e Secretária da Direção e em representação da Associação denominada:-----

----- - “ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA, CULTURAL E RECREATIVA DA FREGUESIA DE LAGARINHOS”, instituição particular de solidariedade social, com o número de identificação de pessoa coletiva **503 123 676**, com sede na Rua das Escolas Primárias, s/n, na União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos, concelho de Gouveia.-----

----- - Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos retro mencionados Cartões de Cidadão; a qualidade e suficiência de poderes para este ato pelos estatutos da referida associação que fazem parte da escritura de “Alteração de Estatutos” exarada com início a folhas sessenta e oito do

Livro de Notas Para Escrituras Diversas número "Catorze - A" deste Cartório; pela ata número setenta e cinco da Tomada de Posse, datada de vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte da referida Associação, de que já se encontra arquivada pública-forma a instruir a mencionada escritura; e ainda pela ata número setenta e oito da Assembleia Geral Ordinária da referida Associação, datada de dezasseis de maio último, de que **arquivo pública-forma**. Foi consultado hoje o Registo Central do Beneficiário Efetivo desta Associação.-----

_____ **E POR ELES, nas referidas qualidades, FOI DITO:**-----

----- - Que, pela presente escritura, em execução da deliberação tomada na referida Assembleia Geral Ordinária de dezasseis de maio último, vêm formalizar a **alteração** do número **cinco** do artigo **décimo oitavo** dos Estatutos da Associação, o qual passa a ter a seguinte redação:-----

-----"Artigo 18º-----

----- 5 - Os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares."-----

----- - Em virtude desta alteração, a redação atualizada dos referidos estatutos é constante do documento complementar que **arquivo**, elaborado de harmonia com o disposto no n.º 2 do art. 64º do Código do Notariado.-----

-----**ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM.**-----

----- - Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo aos outorgantes tudo em voz alta, na presença simultânea de ambos.-----

A notária, Ana Cristina Ribeiro Cruz Gomes

Fls 2/10

Fls 1

1-1

Lv. <u>AG-A</u>	Fis. <u>44</u>
Doc. _____	Fis. _____

DOCUMENTO COMPLEMENTAR

elaborado ao abrigo do n.º 2 do artigo 64º de Código do Notariado, destinado a instruir a escritura de ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS, lavrada no Cartório Notarial em Gouveia em dezoito de junho de dois mil e vinte e um, com início a folhas quarenta e quatro do Livro de Notas Para Escrituras Diversas número "Dezasseis - A".

CAPÍTULO I

Da denominação, sede e âmbito de ação e fins

Artigo 1.º

A Associação de Beneficência, Cultural e Recreativa da Freguesia de Lagarinhos, doravante designada por Associação, é uma instituição particular de solidariedade social, na modalidade de associação de solidariedade social, com sede na Rua das Escolas Primárias S/N, União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos, concelho de Gouveia, distrito da Guarda e o seu âmbito de ação abrange todo o território nacional.

Artigo 2.º

1. A Associação tem como fins e atividades principais, no contexto da solidariedade e segurança social:

- a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio às pessoas idosas;
- d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- e) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- f) Todas as respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

2. Para além das principais atividades de âmbito social definidas no número um, a Associação pode prosseguir outras atividades de âmbito lucrativo, na condição de os

resultados económicos dessas atividades serem aplicados exclusivamente no financiamento das atividades não lucrativas.

Artigo 3.º

Para a realização dos seus fins e atividades principais a Associação propõe-se criar, gerir e manter equipamentos, respostas sociais e prestação de serviços, nomeadamente:

- a) Centro de dia;
- b) Serviço de apoio domiciliário;
- c) Cantinas sociais;
- d) ERPI;
- e) Creche, jardim-de-infância e outros fins de ação social;
- f) Atividades recreativas várias;
- g) Ações de carácter cultural diversificadas;
- h) Ações de carácter educacional e de formação profissional dos cidadãos.

Artigo 4.º

A organização e funcionamento dos diversos sectores de atividade constarão do regulamento interno a elaborar pela Direção.

Artigo 5.º

1. Os serviços prestados pela Associação serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurados em inquérito a que se deverá sempre proceder.
2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

CAPÍTULO II

Dos associados

Flo 3/10
28.

Flo 2
1-1

Lv. 16-A	Fis. 44
Doc. _____	Fis. _____

Artigo 6.º

Podem ser associados pessoas singulares e pessoas coletivas, que se proponham contribuir para a realização dos fins da Associação mediante o pagamento de quotas e/ou prestação de serviços.

Artigo 7.º

Haverá duas categorias de associados:

- a) HONORÁRIOS: as pessoas que através de serviços relevantes prestados à Associação mereçam essa distinção por aclamação da Assembleia Geral, sobre proposta da Direção.
- b) EFETIVOS: as pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da associação, obrigando-se ao pagamento de joia e quota mensal, nos montantes fixados pela Assembleia Geral.

Artigo 8.º

A qualidade dos associados prova-se pela inscrição no livro respetivo que a Associação obrigatoriamente possui.

Artigo 9.º

São direitos dos associados:

- a) Assistir às reuniões da Assembleia Geral;
- b) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- c) Eleger e ser eleito para os Órgãos da Associação;
- d) Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do n.º 3 do artigo 29.º;
- e) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito, com a antecedência mínima de quinze dias e se verifique um interesse pessoal direto e legítimo.

Artigo 10.º

São deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas, tratando-se dos associados efetivos;
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Observar as disposições estatutárias, regulamentos e as deliberações dos órgãos;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.

Artigo 11.º

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo 10.º ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) Repreensão escrita;
- b) Suspensão de direitos até 90 dias;
- c) Demissão.

2. São demitidos os sócios, que por atos dolosos, tenham prejudicado materialmente a Associação.

3. As aplicações das sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da Direção.

4. A demissão é sanção exclusiva da competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção.

5. A aplicação das sanções previstas no n.º 1 nas alíneas b) e c), só se efetuará mediante audiência obrigatória do associado.

6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

Artigo 12.º

1. Os associados efetivos só podem exercer os direitos referidos no art. 9.º, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.

F64/10
A.

F63
A.

1-10
[Handwritten signature]

Lv. 16-A	Fis. 44
Doc. _____	Fis. _____

2. Os associados efetivos, que tenham sido admitidos há menos de um ano, não gozam dos direitos referidos nas alíneas b), c) e d) do artigo 9.º
3. Aos associados menores são vedados, até atingirem a maioridade ou emancipação, os direitos referidos nas alíneas b), c) e d) do artigo 9.º.
4. Não são elegíveis para titulares de órgãos os associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos diretivos da Associação ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.
5. O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.

Artigo 13.º

A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos, quer por sucessão.

Artigo 14.º

1. Perdem a qualidade de associados:
 - a) Os que pedirem a sua exoneração;
 - b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante doze meses;
 - c) Os que forem demitidos nos termos no n.º 2 do artigo 11.º.
2. No caso previsto da alínea b) do número anterior, considera-se excluído o sócio que tenha sido notificado pela Direção para efetuar o pagamento das quotas em atraso e não o faça no prazo máximo de trinta dias.
3. São condições para a readmissão da qualidade de associado, o pagamento do valor da joia e o ano em curso.

Artigo 15.º

O associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à Associação, não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

CAPÍTULO III

Dos órgãos e titulares

SECÇÃO 1

Disposições gerais

Artigo 16.º

São órgãos da Associação a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

Artigo 17.º

1. O exercício dos cargos dos titulares dos órgãos é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas, nos termos da lei aplicável.
2. A Direção e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da Associação.
3. Não podem exercer o cargo de presidente do Conselho Fiscal trabalhadores da Associação.
4. Nenhum membro da Direção pode ser simultaneamente membro do Conselho Fiscal ou da mesa da Assembleia Geral.
5. Nenhum membro do Conselho Fiscal pode ser membro da mesa da Assembleia Geral.

Artigo 18.º

1. A duração do mandato dos titulares dos órgãos é de quatro anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de dezembro do último ano de cada quadriénio.
2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Assembleia Geral cessante, o que deverá ter lugar até ao trigésimo dia posterior ao da eleição.

Fls 5/10
A.

Fls 4
A.

Lv. 16-A	Fls. 44
Doc. _____	Fls. _____

3. Caso o Presidente da Assembleia Geral cessante não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
4. Quando a eleição tenha sido realizada extraordinariamente fora do mês de dezembro, a posse terá lugar no prazo máximo de trinta dias após a eleição, considerando-se iniciado o mandato na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.
5. Os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.

Artigo 19.º

1. Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão, depois de esgotados os respetivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês e a posse deverá ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição.
2. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com os inicialmente eleitos.

Artigo 20.º

1. O Presidente da Instituição ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.
2. Não é permitido aos membros titulares dos órgãos o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação.

Artigo 21.º

1. Os órgãos são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos, sem prejuízo do regime estipulado no artigo 29.º, n.º 3, quanto à convocatória da Assembleia Geral extraordinária, e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3. As votações respeitantes às eleições dos órgãos ou assuntos da incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

Artigo 22.º

1. Os titulares dos órgãos são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas e irregularidades cometidas no exercício do mandato.

2. Além dos motivos previstos na lei, os titulares dos órgãos ficam exonerados de responsabilidades se:

a) Não tiverem tomado parte da sua resolução e reprovem com declaração na ata da sessão imediata que se encontrem presentes;

b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

Artigo 23.º

1. É nulo o voto de um membro dos órgãos sobre assunto que diretamente lhe diga respeito e no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.

2. Os titulares dos órgãos não podem contratar direta ou indiretamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a associação.

3. Os fundamentos das deliberações sobre contratos referidos no número anterior deverão constar das atas das reuniões dos respetivos órgãos.

4. Os membros dos órgãos não podem ser reeleitos se tiverem sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do setor público ou não

lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.

5. Os membros dos órgãos não podem exercer atividade conflituante com a atividade da Associação, nem integrar corpos sociais de entidades conflitantes com os da Associação, ou de participadas desta.

6. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe uma situação conflituante:

- a) Se tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transação efetuada;
- b) Se obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça;

Artigo 24.º

1. Os associados podem fazer-se representar por outros sócios nas reuniões da Assembleia Geral, no caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião, mediante carta dirigida ao presidente da mesa, com assinatura reconhecida nos termos da lei, mas cada sócio não poderá representar mais do que um associado.

2. É admitido voto por correspondência sob condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e a assinatura do associado se encontre reconhecida nos termos da lei.

Artigo 25.º

Das reuniões dos órgãos serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reunião da Assembleia Geral, pelos da respetiva mesa.

SECÇÃO II

Da Assembleia Geral

Artigo 26.º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos um ano, que tenham as quotas em dia e não estejam suspensos.
2. A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva mesa que se compõe de um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário.
3. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da Assembleia Geral competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 27.º

Compete à mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da assembleia, representá-la e designadamente:

- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
- b) Conferir posse aos membros dos órgãos eleitos.

Artigo 28.º

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de atuação da associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva mesa e a totalidade dos membros da Direção e Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação de qualquer tipo de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração de estatutos;
- f) Deliberar sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;

Fls 7/10
-R.

Fls 66
-R.

HA
[Handwritten signature]

Lv. 16-A	Fls. 44
Doc. _____	Fls. _____

- g) Autorizar a associação a demandar os titulares dos órgãos por atos praticados no exercício das suas funções;
- h) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respetivos bens;
- i) Aprovar a adesão a Uniões, Federações ou Confederações.

Artigo 29.º

1. A Assembleia Geral reunirá em reuniões ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:
 - a) No final de cada mandato, durante o mês de dezembro, para eleição dos órgãos;
 - b) Até 31 (trinta e um) de março de cada ano, para discussão e votação do relatório e contas de gerência do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
 - c) Até 30 (trinta) de novembro de cada ano, para a apreciação e votação do orçamento e programa de ação para o ano seguinte, bem como do parecer do Conselho Fiscal.
3. A Assembleia Geral reunirá em reunião extraordinária quando convocada pelo presidente da assembleia geral, a pedido da Direção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, no mínimo, 10 % do número de associados no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 30.º

1. A Assembleia Geral deve ser convocada com pelo menos quinze dias de antecedência pelo presidente da mesa ou seu substituto nos termos do artigo anterior.
2. A convocatória é afixada na sede da Associação, e é também feita pessoalmente, por meio de aviso postal a cada associado ou através de correio eletrónico, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.
3. Independentemente da convocatória nos termos do número anterior, é ainda dada publicidade à realização das reuniões da Assembleia Geral nas edições da Associação, no sítio institucional, em dois jornais de maior circulação da área onde se situe a sede e

em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da Associação.

4. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede e no sítio institucional da associação, logo que a convocatória seja expedida para os associados.

5. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do número 3 do artigo anterior, deve ser feita no prazo de trinta dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias a contar da data de receção do pedido ou requerimento.

Artigo 31.º

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto ou meia hora depois com qualquer número de associados presentes.

2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos Associados, só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 32.º

1. Salvo o disposto no número seguinte:


a) As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos, não se contando as abstenções;

2. As deliberações sobre alterações de estatutos e as matérias constantes nas alíneas e), f), g), h) e i) do artigo 28.º só serão válidas se tiverem o voto favorável de pelo menos três quartos do número dos associados presentes.

3. As deliberações sobre alterações das matérias constantes da alínea f) do artigo 28.º não serão válidas se pelo menos, um número de associados igual ou superior ao dobro

Fls 8/10
Fls 22

Lv. A-2-A	Fls. 44
Doc. 5	Fls. _____



dos membros previstos para os respectivos Órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 33.º

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matérias estranhas à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento à ordem do dia.
2. A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos órgãos pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, do relatório e contas do exercício, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.
3. A Associação é representada na ação pela Direção ou pelos associados que para esse efeito forem eleitos pela Assembleia Geral.

SECÇÃO III

Da Direção

Artigo 34.º

1. A Direção da Associação é constituída por cinco membros, dos quais um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, e um vogal.
2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos.
3. No caso de vacatura no cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo vice-presidente e este substituído por um suplente.
4. Os suplentes poderão assistir às reuniões da Direção mas sem direito a voto.

Artigo 35.º

Compete à Direção gerir a associação, representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e o programa de ação para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- d) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da Associação;
- e) Representar a Associação em juízo e fora dele.
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação;

Artigo 36.º

Compete ao Presidente:

- a) Superintender na administração da Associação, orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões de Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- d) Assinar e rubricar nos termos de abertura e encerramento, e rubricar o livro de atas da Direção;
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução rápida e urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direção na primeira reunião seguinte.

Artigo 37.º

Compete ao Vice-Presidente:

- a) Coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos;

Artigo 38.º

Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as atas das reuniões da Direção e superintender nos serviços de expediente;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para a reunião da Direção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria.

Artigo 39.º

Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da Associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receitas e despesas;
- c) Assinar as autorizações de pagamentos e as guias de receitas, conjuntamente com o Presidente;
- d) Apresentar mensalmente à Direção o balancete em que se discriminarão as receitas e as despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

Artigo 40.º

Compete aos vogais:

- a) Coadjuvar os restantes membros da Direção nas respetivas atribuições e exercer as funções que a Direção lhes atribuir.

Artigo 41.º

A Direção reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do Presidente e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada mês.

Artigo 42.º

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas do Presidente e do Secretário ou Tesoureiro.

2. Nas operações financeiras são necessárias duas assinaturas, sendo sempre a do Tesoureiro, conjunta com a de outro membro do órgão de administração.
3. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direção.

SECÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 43.º

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um será o presidente e dois vogais.
2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos, à medida em que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
3. No caso de vacatura do presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este por um suplente.
4. Nos termos da lei aplicável, o Conselho Fiscal pode ser integrado ou assessorado por um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, sempre que o movimento financeiro da Associação o justifique.

Artigo 44.º

1. Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização da instituição, podendo, nesse âmbito, efetuar aos restantes órgãos as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:
 - a) Fiscalizar a Direção, podendo, para o efeito, consultar a documentação necessária;
 - b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
 - c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros Corpos Gerentes submetam à sua apreciação.
 - d) Verificar o cumprimento da Lei, dos Estatutos e dos Regulamentos.

Fls 10/10

Fls 9

Lv. 16-A	Fis. 44
Doc. _____	Fis. _____

2. Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direção, quando para tal forem convocados pelo Presidente deste órgão.

Artigo 45.º

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

Artigo 46.º

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do presidente e obrigatoriamente uma vez em cada trimestre.

CAPÍTULO IV

Disposições diversas

Artigo 47.º

São receitas da Associação:

- a) O produto das quotas e joias dos associados;
- b) As participações dos utentes;
- c) Os rendimentos de bens próprios;
- d) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;
- e) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
- f) Os donativos, produtos de festas e subsídios;
- g) Outras receitas.

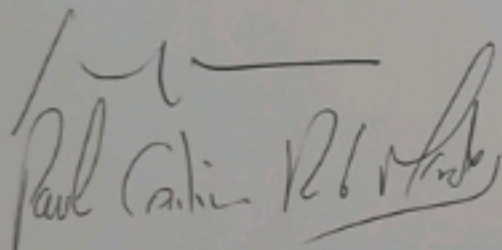
Artigo 48.º

1. No caso de extinção da associação, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma Comissão Liquidatária.

2. Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

Artigo 49.º

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.



Paul Gilio Ribeiro

A notária, Ana Cristina Ribeiro Cruz Gomes